



### ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÕES

#### **CREDENCIAMENTO N.º 001/2026**

A empresa (Nome/Razão Social) \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, situada(o) na(o) \_\_\_\_\_ (endereço completo), contato telefônico \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_ neste ato representada por \_\_\_\_\_ inscrita (o) no CPF n. \_\_\_\_\_ e RG n. \_\_\_\_\_.

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que **não é autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica**, quando a credenciamento versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, (equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico);

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que **não é empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado**, quando a credenciamento versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que **não é pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da credenciamento, impossibilitada de participar do credenciamento em decorrência de sanção que lhe foi imposta**, notadamente, no artigo 156, III e IV da lei 14.133/2021, art. 7º;

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que não possui impedimento de que trata esta condição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante (art. 14, §1º da Lei 14.133/2021).

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que **não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de credenciamento;

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que não é empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

### ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÕES

A empresa (Nome/Razão Social) \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, situada(o) na(o) \_\_\_\_\_ (endereço completo), contato telefônico \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_ neste ato representada por \_\_\_\_\_ inscrita (o) no CPF n. \_\_\_\_\_ e RG n. \_\_\_\_\_.

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que não é pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que **não é agente público do órgão ou entidade licitante**; (a vedação de que trata o item acima, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.)

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que **não é Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**, atuando nessa condição;

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que não se encontra em **processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação**, conforme disposto no artigo 69, II da lei 14.133/2021:

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que **não possui sócios ou diretores que pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante**, concorrendo os mesmos itens;

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que não é **agente público do órgão ou entidade contratante**, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**DECLARA**, que **cumpe plenamente os requisitos de habilitação** definidos em lei e no instrumento convocatório;

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que por ser enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte **que não ultrapassou o limite de faturamento** e que **cumpe os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021:

**DECLARA**, sob as penas da Lei, **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



**DECLARA**, sob as penas da Lei, **não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz**, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**DECLARA**, sob as penas da Lei, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;